

Educação e Desenvolvimento Local: linhas gerais para um programa de reflexão

José Alberto Correia

João Caramelo

As transformações que nas duas últimas décadas se têm produzido nos mecanismos de regulação social não se têm manifestado apenas pelo reconhecimento da falência dos modernos Estados-Nação enquanto instrumentos de produção e distribuição de recursos susceptíveis de assegurarem uma coesão que sustente o desenvolvimento social. Para além da globalização das economias que fez com que o Estado, nas palavras de D. Bell, se tornasse demasiado pequeno para resolver os grandes problemas da vida, assistiu-se também, ainda segundo o mesmo autor, ao reconhecimento de que o Estado era demasiado grande para resolver os pequenos problemas da vida. Esta falência das políticas redistributivas do Estado, para além de inviabilizar a sua intervenção na superação da crise económica que persistia apesar da retoma económica contribuindo para a erosão dos mecanismos tradicionais de gestão das crises, contribuiu para que se produzissem importantes transformações nos modos de se pensar as relações entre o local e o global, bem como nos modos de se pensar as questões do desenvolvimento e a eventual contribuição da educação.

Estas transformações exprimiram-se numa verdadeira revolução semântica onde algumas das problemáticas que nas décadas de 60 e 70 tinham sido construídas no interior de um processo de reivindicação de uma autonomia relativamente à tutela do Estado, se tendem hoje a transformar em matrizes orientadoras do próprio discurso estatal. Esta verdadeira inflação linguística de noções como autonomia, solidariedade, acção local, territorialização, cidadania, responsabilidade, formação e projecto, não significa, no entanto, que não se tenha assistido a uma inflexão das relações entre referente e referido. Na realidade, embora se deva reconhecer a importância deste processo que contribuiu para a visibilidade de problemáticas e protagonismos relativamente periféricos, a verdade é que também se deverá reconhecer a ambiguidade de um processo onde a reivindicação da autonomia da tutela estatal induz lógicas de subordinação ao princípio do mercado com o conseqüente défice do princípio da comunidade. Não estão, de facto, ausentes do actual contexto tendências para a agencialização da acção comunitária, para que a questão da cidadania se conjugue no registo da desresponsabilização do Estado e da correspondente hiper-responsabilização dos indivíduos, bem como tendências para que a utopia emancipatória inscrita na noção de projecto se transforme numa projectocracia e para que a contribuição da educação para o desenvolvimento conduza tanto à instrumentalização da educação como a uma definição de desenvolvimento pensada exclusivamente em torno de uma ideologia dos recursos humanos onde a problemática da relação social e da sociabilidade é sistematicamente desqualificada.

Sem a preocupação da exaustividade e com o intuito de apenas identificar alguns eixos de análise que permitam reequacionar a problemática do desenvolvimento local e das suas relações com a educação, interessava realçar a importância de incorporar na sua reflexão as seguintes dimensões:

- A relação entre desenvolvimento e cidadania.

A problemática da cidadania tem sido definida no interior de uma espacialidade geograficamente delimitada pela intervenção do Estado-Nação ou pela cidadania europeia e pensada numa lógica de participação temporalmente condicionada pelos ritmos de intervenção do Estado e por uma lógica de acesso a bens materiais e simbólicos regulados pelo mercado. A questão que interessava reflectir era sobre o sentido de uma cidadania que se define simultaneamente como pertença e como construção dos espaços e dos tempos de produção desta pertença onde a problemática central é a da "gramática das formas de vida". É neste contexto que importava reflectir o trabalho que se desenvolve na sua contribuição para a criação de redes de sociabilidade e de espaços de afirmação de cidadanias periféricas, nomeadamente a cidadania das mulheres, dos idosos, das crianças, etc..

- As relações entre tradição e (pós)modernidade.

A problemática do desenvolvimento tem sido, por vezes, reflectida em torno de uma lógica sequencial que, subentendendo uma visão deficitária da tradição, conduz tanto à sua desqualificação como à sua folclorização. A questão que interessava reflectir incide sobre o estatuto atribuído tanto à pré como à (pós)modernidade enquanto complementaridades contraditórias que inibem a cristalização de dualismos sociais e educativos contribuindo para a recriação das cidadanias periféricas atrás referidas.

- Relações entre as qualificações dos indivíduos e a qualificação das comunidades.

O reconhecimento da comunidade como um "recurso" pertinente para assegurar o êxito de uma acção educativa ocupada na qualificação dos indivíduos é, por vezes, apresentado como uma distinção dos projectos de desenvolvimento local em educação. Ora, num contexto onde a globalização do mercado contribui para a desagregação das comunidades, o desenvolvimento local tem de se pensar também na sua contribuição para a recriação das comunidades, ou seja, para o estabelecimento de redes de relações densas que são qualificantes tanto dos indivíduos como das comunidades. Interessava, por isso, pensar a comunidade como projecto a construir e não como mero recurso educativo e interrogar a educação em contexto local como espaço de criação de dispositivos cujos destinatários já não são os indivíduos mas comunidades/projecto com capacidade de deliberação e de se envolverem na narração de uma história comum. Os projectos,

neste contexto, interrogam-se na sua contribuição para o desenvolvimento de um associativismo alternativo à projectocracia que os inscreve numa lógica do mercado.

- Relações entre agências de desenvolvimento e acção comunitária.

O aparecimento de uma tendência para se enunciar a problemática da intervenção comunitária em torno da semântica das agências de desenvolvimento constitui uma manifestação da projectocracia atrás referida onde se dissimula um totalitarismo intervencionista que apela para uma qualificação técnica imprescindível à administração dos programas de desenvolvimento. A proliferação de especialistas especialmente especializados nesta administração, ao contribuir para a desqualificação dos militantes da acção comunitária, concorre para a cristalização de uma ideologia do sacrifício que inibe que eles se reconheçam no sentido da sua própria acção. É neste contexto, que interessava também reflectir o trabalho comunitário enquanto dispositivo de amplificação dos "discursos da prática", ou seja, pensar o trabalho comunitário como dispositivo promotor de "narrativas comunitárias" susceptíveis de inibir a tendência para o silenciamento dos práticos.

- As relações entre o isolamento do rural e o isolamento do urbano.

A problemática do desenvolvimento local tem sido considerada como típica de um mundo rural tendencialmente sujeito à erosão do isolamento e desertificação. Nas últimas décadas têm-se acentuado, no entanto, as tendências para a desertificação dos centros urbanos e a consequente pulverização das redes de sociabilidade e dos espaços de produção de identidades. Interessava, por isso, pensar uma metodologia que, apoiando-se nas experiências e reflexões desenvolvidas no mundo rural, permitisse construir uma abordagem ofensiva da problemática da solidão, tanto urbana como rural.